



CULTURA E IDENTIDADE: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural

CULTURE AND IDENTITY: understanding the construction / deconstruction process of the cultural identity concept

CULTURA E IDENTIDAD: entender el proceso de construcción / desconstrucción del concepto de identidad cultural

Miguel Archanjo de Freitas Junior¹ & Tatiane Perucelli²

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi compreender como os conceitos de identidade e cultura completam-se na contribuição do entendimento da identidade cultural. Para isso, através da revisão de literatura, apresentou-se o processo de construção dos conceitos cultura e identidade, e posteriormente uma análise da contribuição desses conceitos para a elaboração de uma identidade cultural, através da perspectiva desconstrutivista. Visto que, quando fala-se em identidade cultural, as discussões em torno de dois conceitos que estão em crise fazem-se necessária, conceitos estes: cultura e identidade, compreendo suas abordagens, saindo de perspectivas isoladas de pensamento, empregando conceitos em “xeque” no intuito de serem repensados e então dialogados a partir de novos quadros teóricos, observando que o processo de identificação cultural passa por uma essência inicial, a raiz da cultura, que pode ser perpetuada pelo o indivíduo, ou não. Abrindo assim novas visões para o mundo e sua cultura nos processos de identificação.

PALAVRAS-CHAVES: Cultura; identidade; identidade cultural.

¹ Miguel Archanjo de Freitas Junior é Doutor em História, pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: mfreitasjr@uepg.br.

² Tatiane Perucelli é Mestranda - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa – PR. E-mail: tatianeperucelli@live.com.

ABSTRACT: The aim of this study was to understand how the concepts of identity and culture complement each other in contributing to the understanding of cultural identity. For this, through the literature review, the process of construction of the concepts culture and identity was presented, and later an analysis of the contribution of these concepts to the elaboration of a cultural identity, through the deconstructivist perspective. Since, when talking about cultural identity, discussions about two concepts that are in crisis are necessary, concepts: culture and identity, I understand their approaches, leaving isolated perspectives of thought, employing concepts in "check". "In order to be rethought and then dialogued from new theoretical frameworks, noting that the process of cultural identification goes through an initial essence, the root of culture, which may or may not be perpetuated by the individual. Thus opening new visions for the world and its culture in the processes of identification.

KEY WORDS: Culture; identity; cultural identity.

RESUMEN: El objetivo del presente estudio fue comprender cómo los conceptos de identidad y cultura se complementan entre sí para contribuir a la comprensión de la identidad cultural. Para ello, a través de la revisión de la literatura, se presentó el proceso de construcción de los conceptos cultura e identidad, y luego un análisis de la contribución de estos conceptos a la elaboración de una identidad cultural, a través de la perspectiva deconstructivista. Dado que, cuando se habla de identidad cultural, son necesarias discusiones sobre dos conceptos que están en crisis, conceptos: cultura e identidad, entiendo sus enfoques, dejando perspectivas aisladas de pensamiento, empleando conceptos en "verificación". Para ser repensado y luego dialogado desde nuevos marcos teóricos, señalando que el proceso de identificación cultural pasa por una esencia inicial, la raíz de la cultura, que puede ser perpetuada por el individuo. Abriendo así nuevas visiones para el mundo y su cultura en los procesos de identificación.

PALABRAS CLAVE: Cultura; identidade; identidade cultural

Entender o conceito identidade cultural é uma tarefa que leva o pesquisador a preliminarmente pensar/compreender de forma isolada os conceitos de identidade e cultura. Uma vez que a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo, e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura faz-se presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem história. Sendo assim, a cultura em suas diversas abordagens corrobora para a definição dessa identidade, pois de alguma forma os indivíduos, em sua gênese, possuem contato com algum modo de cultura, acreditando-se que esse elo inicial seja transmitido e influenciado em seu marco inicial pela família, e depois por outros meio de sociabilização.

Sendo assim, pensa-se na junção desses dois conceitos, para a elaboração do entendimento da identidade cultural. Para tal, o processo de desconstrução de um conceito apresenta-se como uma corrente teórica elaborada por Jacques Derrida (2001), no qual organizar-se discussões sobre uma posição filosófica clássica, na tentativa de romper com pensamentos ocidentais, possibilitando assim novas formas de pensar, sem descartar o processo de construção inicial de determinado conceito.

Neste sentido de desconstrução, Derrida (2001) entende esse procedimento de analisar determinados conceitos, como uma necessidade de reconhecer que determinada posição filosófica clássica, não apresenta uma coexistência pacífica, mas uma hierárquica de pensamento, e compreender como isso ocorre, inverte esta hierarquia, e coloca em questionamento dada posição, não colaborando para uma neutralização, que deixaria intacto o campo de discussão anterior, privando novos meios de intervir efetivamente.

De acordo, com mesmo o autor, nesta fase do sistema desconstrutivo é necessário atentar-se uma escrita dupla, estratificada, deslocada e deslocante, que permita o afastamento entre duas posições: “[...] de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante ou idealizante da oposição em questão [...]”. (DERRIDA, 2001, p. 49). Passa-se a partir desse momento, para um desmonte de posições hierárquicas, com a intenção de inverter a posição superior de pensamento para uma posição inferior, destruindo uma genealogia, que por algum tempo esteve em seu papel, como idealizando, e assim corroborando de um lado, para a retirada de determinado conceito de seu fechamento inicial em seu significado, tornando-o passível de discussões e de novas abordagens; e “[...] de outro, a emergência repentina de um novo "conceito", um conceito que não se deixa mais - que nunca se deixou - compreender no regime anterior” (DERRIDA, 2001, p. 49), desorganizando, uma ordem herdada e reestruturando o campo.

Essas compreensões fazem-se necessárias quando o conceito em questão, apresenta-se de forma ampla, oferecendo diversas definições, hierarquias estipuladas para o seu entendimento. Contudo o processo de desconstrução recorre a várias fontes na tentativa de esclarecer as especificações de determinado conceito, que mesmo assim, ocasionarão em posicionamento individuais, carecendo de um olhar crítico e dinâmico nesta análise.

Desta forma, depara-se com o conceito de cultura, elaborado a partir de várias correntes de pensamento, sendo discutida por uma ampla área de conhecimento, que segundo a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), trata-se das Ciências Humanas: Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Geografia, Ciência Política, etc. E por um sub campo, como é o caso dos Estudos Culturais, analisando a cultura a partir do multiculturalismo.

Os estudos culturais surgem através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), perante a alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra, compreendendo as relações entre: cultura contemporânea e a sociedade (formas, instituições, práticas culturais) e as mudanças sociais ocorridas, e tem como principais fundadores, no qual apresentam seus textos como fontes dos Estudos Culturais: Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963). (ESCOSTEGUY, 2001).

Nesta análise dos Estudos Culturais, Hall (2003) cita que naquela época de instituição deste campo de estudo da cultura (1950), a mesma encontrava-se como um local de convergência, porém o autor questiona-se sobre as definições que emergiram dessas obras citadas anteriores como textos fundadores, e em quais espaço foram unificadas. Contudo, Hall (2003), salienta que nenhuma definição única e não problemática de cultura encontrou-se, ressaltando que o conceito de cultura ainda continua complexo, expressando-se como um local de interesses convergentes.

Sendo assim, somente duas maneiras de conceituar cultura foram extraídas das formulações feita por Raymond Williams: 1ª) uma “[...] ênfase levanta e re-trabalha a conotação do termo cultura como domínio de “ideias” [...]” (HALL, 2003, p. 136); e a 2ª) “[...] é mais deliberadamente antropológica e enfatiza o aspecto de “cultura” que se refere às práticas sociais.” (HALL, 2003, p. 136).

Então, neste momento a cultura define-se como:

[...] os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados. (HALL, 2003, p. 142).

Contudo, as discussões em torno da cultura, encontram-se com divergências, ora em torno de definições (cultura e não cultura) e modos de vida, incorporadas por Raymond Williams, ora como consciência e condições, em torno do conceito de experiência, por Thompson. (HALL, 2003). Duas perspectivas diferentes, pois um atenta-se a uma visão culturalista, e outro a uma visão estruturalista, respectivamente, entretanto chegando a definições semelhantes, mas mantendo a estrutura de Thompson.

No entanto, voltando para os estudos culturais, os mesmos foram inspirações acadêmicas, e também um movimento político, pois na Europa, considera-se os estudos culturais como de esquerda, baseados em pressuposições marxistas, em que acredita-se que o multiculturalismo trouxe reflexões aos antropólogos, de que a cultura serve ao poder, sendo preciso contestá-la. (KUPER, 2002). Todavia, o multiculturalismo traz questionamentos as teorias sustentadas pelos antropólogos.

Sendo assim, o multiculturalismo contrasta-se em duas perspectivas para esta compreensão: o multiculturalismo da diferença, voltando para dentro, em uma visão que atende os próprios interesses, ressaltando a importância de determinada cultura, e sua alegação de superioridade (etnocentrismo); e o multiculturalismo crítico, voltando-se para fora, em uma abordagem organizada para desafiar os preconceitos culturais de classes sociais dominantes, com o intuito de expor a parte vulnerável do discurso hegemônico (base marxista). (KUPER, 2002).

Com base no multiculturalismo, negava-se que os imigrantes deveriam assimilar a cultura americana, por exemplo, e também a existências de uma cultura dominante, corroborando para uma exaltação da diferença, e principalmente o enfraquecimento de valores comuns na sociedade, ratificando uma coesão nacional. (KUPER, 2002). A partir disso, contam-se com um protagonista de uma luta multicultural, não sendo mais representado pelo cidadão ou trabalhador, mas por um ator cultural, que através da identidade cultural, e suas políticas, conseguem um controle da cultura, ressaltando assim a relevância da identidade nestes processo. (KUPER, 2002).

Incorporando assim, outra discussão conceitual, desta vez o conceito de Identidade, que como cita Escosteguy (2010), oscila em essencialismo e construção social, uma vez que a primeira, compreende a existência de grupos e/ou comunidades, através de uma percepção inerente e inata aos mesmo, e a

segunda atribuindo a sua presença como um produto social. Fortalecendo a discussão anterior, de uma cultura que ressalta as diferenças, e uma produto de uma construção social, gerado por uma estrutura predominante.

Escosteguy (2010) ressalta que essas preposições essencialistas, devem atentar-se para a transfiguração de posições preconceituosas, pois pode-se enfatizar uma verdade absoluta, através de cultura, que descuida da especificidade do outro, corroborando por julgar outras culturas com princípios da sua própria cultura, construindo o outro como inferior.

Isto posto, depara-se com convergências entre o conceito de identidade, com o de cultura, e também no processo de elaboração de uma identidade cultural. A vista disso, nota-se na compreensão desses conceitos identidade e cultura, que os mesmos intercalam-se para a definição do processo de identificação cultural, pois cada conceito engloba a relação do indivíduo com determinada cultura, e da cultura que influencia esse indivíduo, no processo de elaboração dessa identidade cultural, em que a identidade concretiza-se através da cultura.

Desta forma, o objetivo desse estudo é compreender como esses conceitos de identidade e cultura completam-se na contribuição do entendimento da identidade cultural. Através de uma revisão de literatura, expondo a evolução dos conceitos de cultura e identidade, e posteriormente a contribuição para a elaboração de uma identidade cultural, através da perspectiva desconstrutivista.

Então nesta análise desconstrutivista, entende-se a leitura de textos sobre o conceito de identidade e cultura, de maneira separada, na compreensão da elaboração desses conceitos, analisando de forma crítica suas conceitualizações e posteriormente como os conceitos relacionam-se para a definição de uma identidade cultural. Não deixando as posições conceituais iniciais, mas pensando com todas as posições em uma provável compreensão, uma vez que trabalha-se com conceitos complexos e inconstantes.

Um vez que, a epistemologia da pós-modernidade difere-se do modelo modernista, pois dá ênfase em tudo ao analisar determinado fenômeno, não descartando qualquer elemento que possa aparecer nesta investigação, sendo assim o método desconstrutivo visa a “leitura”, e a análise de todas as particularidades de um texto, com um julgamento crítico de seus significados, e no reconhecimento de forças presentes no discurso dominante. (LEGLER; VIERA; FANCHIN, 2002).

IDENTIDADE

Na perspectiva do senso comum, quando reporta-se para o conceito de identidade, volta-se para características próprias de determinado indivíduo, diferenciando-o de outro indivíduo. Já segundo Bauman (2005), a identidade nasceu da crise do pertencimento, no qual o Estado buscava a obediência de seus indivíduos, bem como esses indivíduos, uma nação propriamente dita, sem este Estado destinava-se a ser insegura a respeito de seu passado, incerta do presente e principalmente seu futuro seria cheio de dúvidas. Para o mesmo autor, a identidade nacional passa a ser imposta, e quem governa decide a nacionalidade, e também um destino compartilhado por uma nação, mas que permanece incompleta, devido ao poder de exclusão, e da distinção do traçar, impor e policiar a fronteira entre o “nós” e “eles”.

Esse pertencimento passa a perder sua sedução, a partir de questionamentos em relação ao Estado que tentava manter uma lealdade nacional, em que se o indivíduo pretendesse ser outra coisa qualquer, as instituições do Estado deveriam direcionar se essas escolhas eram adequadas, caso contrário, uma identidade que não fosse certificada, seria uma fraude (BAUMAN, 2005). Sendo assim, os problemas da identidade surgem a partir do abandono do princípio da fronteira entre nós e eles, perdendo assim suas âncoras sociais, e a identificação torna-se em uma busca desesperada por um nós, que possa-se pedir acesso (BAUMAN, 2005).

A vista disso, a questão da identidade passa por várias discussões na teoria social, no qual o principal argumento é de que as velhas identidades estão em declínio, mesmo que por um determinado tempo tenham estabilizado, possibilitando novas formas de identidades e principalmente fragmentando o indivíduo moderno, uma vez que mesmo encontrava-se na posição de um sujeito unificado, denominando-se assim um período marcado pela chamada “crise da identidade” (HALL, 2006).

Neste processo de crise, ocorrem mudanças, deslocando estruturas e processos centrais da sociedade moderna, desencadeando abalos em quadros de referência que anteriormente sustentavam e ancoravam os indivíduos em um mundo social estável, pois a identidade agora é “[...] algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na

consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Nota-se então, que a identidade como um processo andamento, algo em construção:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2006, p. 39).

Para Hall (2012) quando aborda-se identidade, falta-se uma teoria da prática discursiva, na tentativa de uma reconceptualização do sujeito, em que é necessário pensá-lo em uma posição, deslocada ou descentrada no interior de determinado paradigma. Para o mesmo autor, essa tentativa de rearticular a relação de sujeitos e práticas discursivas, é que a questão da identidade ou identificação (caso enfatize-se o processo de subjetivação e a política de exclusão que isso pode causar) volta-se a aparecer.

Optando-se pela identificação, Hall (2012) cita que na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma característica ou origem em comum, que são partilhadas com grupos ou pessoas, com um mesmo ideal, criando assim um fechamento natural do grupo, formando-se a base de solidariedade e fidelidade ao grupo em questão.

Então, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, nunca completo, mas sempre em processo, dando ao indivíduo a possibilidade de ser, sempre, sustentada ou abandonada, sendo o processo de identificação, um processo de articulações, suturações, sobre-determinações e não uma subsunção, mostrando-se com uma falta, e nunca um ajuste completo, total e acabado (HALL,2012).

Assim como todas as práticas de significação, a identificação está sujeita ao jogo da *différance*, envolvendo um trabalho discursivo, um fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, nas quais produzem efeitos de fronteiras, no qual ela não é aquilo que prende alguém a um objeto já existente, mas aquilo que prende alguém à escolha de um objeto perdido, fundada na fantasia, na projeção ou ainda na idealização (HALL, 2012).

Contudo, a identidade não é um conceito essencialista, muito menos assinala um núcleo estável, sem qualquer mudança, estando sujeita a uma

historicização radical, em um processo de mudança e transformação, como exemplo: o que acontece com as discussões em torno da identidade exposta a processos e práticas que perturbam o caráter de “estabelecido” de populações e culturas, quando refere-se aos processos de globalização e aos processos de migração forçada (ou livre), no qual essas identidades começam a invocar um origem de um passado histórico:

Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história”, por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático (HALL, 2012, p. 109).

Então, conforme Hall(2012), as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, sendo necessário compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, em formações de práticas discursivas específicas, e ainda com estratégias e iniciativas específicas. Para o mesmo autor, dentro dessas questões, a identidade precisa ser analisada no interior do jogo de modalidades específicas de poder, demonstrando-se assim um produto de marcação da diferença e da exclusão.

Verifica-se nestas concepções, que o indivíduo quando envolve-se em um processo de identificação com determinada cultura, ele passa a encaixar-se a elementos estabelecidos através de símbolos, de ideias e principalmente com valores que são consideradas e transmitidas dentre as gerações. Mas o que mantém o indivíduo neste meio? Para Woodward (2012), a identidade é relacional, pois sua existência só é possível quando fatores externos contrapõe-se, tem-se outra identidade para diferir-se, é através da diferença, que a identidade busca opor-se a outra, demarcando fronteiras e significados, então essa identidade necessita ser atrativa e ainda mostrar-se diferente de outras já disponíveis.

Conforme Woodward (2012), citando Michael Ignatieff, explana-se aspectos do entendimento da identidade e sua relação com a diferença, dentre eles estão: a conceitualização do conceito de identidade; identidades essencialistas, porém algumas mostram-se fixas e imutáveis, verdade imutável, necessita-se saber quais são; identidade apresentada como relacional, diferença marcada simbolicamente, a partir de outras identidades; identidade marcada por condições sociais e materiais, proporcionando processos de construção de identidade diferentes; a conceitualização da identidade envolve exames dos sistemas

classificatórios, ressaltando que as relações sociais mantidas pelos indivíduos, passam a ser organizadas e divididas, até obscurecendo algumas diferenças criadas nos grupos ou em comparação a outros grupos; identidades não são unificadas, sempre mostrando-se em processo de negociação entre o grupo estabelecido, ou o meio em que vive; ressalta-se a necessidade de explicação do porque as pessoas assumem posições identitárias, investindo nos discursos que essa identidade oferece.

Com isso, a análise de um processo de identificação individual em relação a determinada cultura necessita ser minuciosa, pois é através dela que podemos verificar quais são os principais meios que a envolvem e as estimulam a pertencer a determinada cultura e seu conjunto de significados. Conforme Castells (2008, p. 23), essa construção de significados possibilita ao indivíduo assumir diferentes identidades, gerando tensões e contradições pelos papéis que optou-se em assumir, sejam eles individuais ou coletivos. Assim com esse mundo de mudanças incontroláveis tendem a reagrupar pessoas em identidade primárias, sejam elas: religiosas, étnicas, territoriais, etc., e a busca por uma identidade coletiva ou individual, torna-se uma fonte básica de significado social, porém cada vez mais as pessoas organizam seu significado com base no que são ou acreditam que são (CASTELLS, 2008, p. 23).

120

Neste processo de identificação um dos aspectos que mais sobressaem na hora da escolha de uma identidade prevalece-se entre os valores, as crenças e os significado que aquela cultura exprime para aquele indivíduo, e também por influências externas: familiares, trabalho, estudos, etc. Para Bauman (2005), a identificação torna-se um fator poderoso de estratificação e diferenciadora, englobando aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos com a própria vontade, e aqueles que tiveram negado ao acesso à escolha da identidade, que não possui direito de manifestar suas preferências, oprimidos em identidades oprimidas e impostas por outras pessoas.

Então, a identidade apresenta-se como uma ideia ambígua (faca de dois gumes), de um lado pode ser expressa por um grito de guerra de indivíduos ou comunidades que desejam-se ser imaginadas, e por outro lado um grupo que necessita que volte-se para um grupo maior, que pretende devorá-lo ou destruí-lo, na indução de render-se à um ego coletivo (BAUMAN, 2005).

Nestes dois casos, a existência humana depara-se com a liberdade de escolha e a segurança oferecida pelo pertencimento, demandando submeter seus

interesses pessoais em benefício da solidariedade de que o grupo necessita, na resistência de um grupo maior que pretende tirar do indivíduo o que já está estabelecido, requerendo unir-se para vencer, caso contrário serão derrotados nesta perspectiva de identificação (BAUMAN, 2005).

Castells (2008, p. 24), compreendendo que a construção social da identidade ocorre em um contexto de poder, propõe três formas de distinção e origem de construção da identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...];
Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade[...];
Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24).

A identidade que começa como resistência podem acabar em projetos, tornando-se dominantes e assim identidades legitimadoras (CASTELLS, 2008, p. 24). Porém, cada processo de construção de identidade é um resultado distinto de cada constituição de sociedade, o homem então passa também a ser resultado do meio cultural em que foi socializado.

Desta forma, a identidade, tal como a diferença fazem parte de uma relação social, sendo sujeita a vetores de forças e relações de poder, não sendo definidas e sim impostas, não convivendo harmoniosamente, mas sendo disputadas, uma vez que a afirmação da identidade e enunciação da diferença traduz o desejo de muitos grupos sociais, na procura de garantir-se acesso privilegiado a bens sociais e lugares (SILVA, 2012, p. 81).

Nota-se nas percepções de identidade, que o indivíduo nasce em um contexto histórico, em uma cultura, inserido em uma sociedade específica, corroborando assim, para seus primeiros espaços de sociabilização e construção de sua identidade. Contudo, com o seu processo relacional (indivíduo/sociedade ou indivíduo/cultura), o mesmo passa a encontrar diferenças identidades, espaços de convivência, de culturas, e principalmente diversas formas de lutas originando assim, outras oportunidades de remodelar sua identidade.

Entretanto, quando volta-se para essas possibilidade de adquirir diversas identidades, esse indivíduo, não vive somente em um espaço de sociabilização, por exemplo: família, estudos, trabalho, lazer, etc. Está sujeito a encontrar-se em diversos espaços, reforçando a fluidez de determinado processo de identificação, denotando ao mesmo uma falta de pertencimento nos lugares que frequenta. Esse processo de não pertencimento gera uma crise de identificação, sendo necessário uma nova reformulação ou questionamento de sua identidade.

Porém, ressalta-se essa perspectiva anterior à indivíduos que conseguem ter essa possibilidade de escolha, pois caso contrário, manter-se-ia uma definição não condizente com o momento e seu modo de identificar-se, particular de cada indivíduo, particular de cada cultura ou sociedade em transmitir aspectos que convençam esse indivíduo a permanecer naquela identidade. Visto que, entra-se então em uma relação de dominação e relações de poder através da identidade, proporcionados por sentidos de pertencimento.

CULTURA

No processo evolutivo da definição do conceito de cultura observa-se que a cultura primeiramente foi relacionada com uma raiz etimológica relacionada ao trabalho rural, sendo sinônimo da palavra civilização, ou seja um processo de progressão intelectual, espiritual e material, em que o homem era civilizado pela presença de costumes e atitudes morais denominadas na época, se não os possuísse era denominado selvagem (EAGLETON, 2011).

Então, para Bauman (2013) o conceito original de cultura seria um agente da mudança do status quo, e não utilizado para sua preservação, elaborado especialmente para educar as massas e refinar costumes, melhorando a sociedade e aproximando o povo. Para o mesmo autor, o projeto iluminista atribuiu a cultura um status de ferramenta básica para a construção de um Estado ou Nação, e de um Estado-nação, ferramenta esta que mantinha-se nas mãos da classe dita instruída para tal.

Contudo, Chauí (2008) ressalta que a cultura tornou-se sinônimo de progresso, sendo possível analisar o progresso de determinada civilização através da cultura, e vice-versa. Segundo a mesma autora, determinadas sociedades foram avaliadas pela presença ou ausência de determinadas características do ocidente capitalista, logo a falta de algumas características demarcam a falta de cultura ou ainda que a sociedade em questão possui uma cultura pouco evoluída.

Mas que características ou elementos eram esses? Seriam o Estado, o mercado e a escrita, pois as sociedades que não desenvolveram essas formas de troca, comunicação, poderes de mercado, a escrita, e do Estado europeu, eram considerados culturas “primitivas”, atribuindo o conceito de valor as formas culturais (CHAUÍ, 2008).

Segundo Eagleton (2011), esse “processo de civilização” e apropriação de características e elementos ocidentais, proporcionava uma minimização das diferenças sociais, mostrando-se diferente, ao passo de que a cultura tentava as realçar, porém essa definição de civilização passou por um desvio semântico, pois tal como a cultura, civilização torna-se em parte descritiva e normativa, ora designando uma forma de vida, ora como uma recomendação ou aperfeiçoamento de um modo de vida para a humanidade. Segundo o mesmo autor, os problemas relacionados a essa palavra começam quando os aspectos descritivos e normativos afastam-se, com isso surge a emergência de deslocar a cultura do seu significado individual para seu significado social, e principalmente, para essas determinadas condições sociais, pode-se haver envolvimento tanto do Estado e como uma dimensão política.

Para Elias (1994) o conceito de civilização representa o que o Ocidente tem de si mesmo, resumindo-se em tudo o que a sociedade ocidental julga-se superior as sociedades antigas ou sociedades contemporâneas mais primitivas, dando-se a essa sociedade uma caráter especial, englobando os níveis tecnológicos, a natureza de suas maneiras, o avanço de sua cultura científica, etc. Para o mesmo autor, a palavra civilização não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais, demonstrando que os ingleses e franceses a empregam de uma maneira: orgulhando-se da importância que suas nações geram para o progresso do Ocidente e da humanidade; e os alemães de outra: sendo o emprego da palavra civilização secundário, compreendendo apenas aspectos externos dos humanos, superficialmente, dando mais ênfase a palavra *Kultur*, que engloba o orgulho de suas realizações e no próprio ser.

Destaca-se que as palavras como civilização (francês ou inglês) e *kultur* (alemão) são empregadas de acordo com a sociedade ao qual pertencem, corroborando para que o mundo esteja ligado a elas, da mesma forma que incluem determinadas áreas, excluem outras, tornando-se difícil defini-las (ELIAS, 1994). Depara-se então com dois conceitos, civilização e *kultur*: no qual o primeiro refere-se a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou

sociais, realizações, atitudes ou comportamento das pessoas, não dando ênfase se realizaram algo ou não; e o segundo aborda a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, e referindo-se ao comportamento da pessoa em relação a definição de civilização, torna-se secundário, descrevendo o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não expressos somente pelo valor intrínseco da pessoa (ELIAS, 1994).

A partir de Elias (1994), a civilização é vinculada ao processo, ao seu resultado, enquanto a *kultur*, reporta-se a produtos humanos: obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, caracterizando a individualidade de determinado povo, expressando-se como um fator delimitante. Para o mesmo autor, enquanto uma aproxima e minimiza as diferenças nacionais entre os povos, dando uma continuidade a expansão de grupos colonizadores, a outra dá ênfase as diferenças nacionais e a identidade particular de grupos, ressaltando que uma nação teve a oportunidade de buscar e constituir incessantemente suas fronteiras, demarcando suas diferenças e detalhes.

Sendo assim, a cultura passa a entrar em conflito com civilização, uma vez que elabora-se um debate entre a modernidade e a tradição, respectivamente. A cultura agora não define uma forma unilinear da humanidade, mas uma diversidade de formas de vidas específicas, cada qual com suas leis de evolução, encontrando-se na descrição de ordem social primitiva, como também para idealizar uma ordem social própria (EAGLETON, 2011).

Elias (1994) cita que o processo social, colocou a gênese das palavras civilização e kultur ao esquecimento, em que as gerações transmitem-nas uma a outra sem estarem consciente do processo como um todo, uma vez que enquanto as gerações encontrarem subsídios para definirem-se a partir dessas palavras o farão, caso contrário os termos morrerão aos poucos, a partir do momento que as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam vincular-se a eles, ou apenas adormecem, adquirindo novos valores existências.

Porém, quando depara-se com uma época de globalização e uma evolução constante da modernização, a perspectiva desse conceito precisa perpassar por uma pluralização, que multiplica os processos de identificação e as formas de representar a cultura. Contudo, destaca-se que essa vivência com as mudanças, mostra como a sociedade sai de uma fase totalmente sólida para uma fase líquida, e o que torna líquida a modernidade é sua modernização compulsiva e obsessiva,

corroborando para que nenhuma das formas consecutivas de vida social mantenham-se por muito tempo (BAUMAN, 2013).

Entretanto, Caldas (2008) ressalta que esse processo de globalização necessita ser analisado por uma perspectiva ideológica, pois com as ideias neoliberais e a maximização do lucro, colaboram para a globalização da cultura, recorrente da concentração do capital por meio da absorção de outros capitais, pois essa globalização da cultura nada tem a ver com cultura da globalização. Desta forma, para o autor algumas comunidades ainda não tem ideia dos processos de acesso a globalização, sendo assim é necessário uma democratização de todas as tecnologias e acessos a elas, denotando que a cultura de globalização é a existência de uma “cultura da tecnologia eletrônica”, que ainda não foi inteiramente globalizada.

Visto que, esse processo de globalização não deve ser visto, especialmente relacionado com a cultura, como um processo natural e espontâneo, em razão disso os indivíduos encontram-se diante de um sistema de relações sociais baseados na acumulação do capital, proporcionando insegurança e incertezas do amanhã (CALDAS, 2008). Incertezas estas, que observa-se a grande presença da solidariedade humana, que tende a subtrair o desvairado ritmo do cotidiano capitalista, proporcionando relações humanas que fluem docemente, mostrando a inegável necessidade da convivência (CALDAS, 2008). Então, esse processo de identificação parte de momentos da necessidade do ser humano, e de relações externas, que necessitam ser entendidas a partir de uma visão antropológica, que proporcionará, uma aproximação com a realidade totalmente vivida por determinada cultura.

Entretanto, deve-se atentar-se para que o mundo não seja definido como uma cultura, corroborando para uma relativização, na elaboração da negação do outro e principalmente compreendendo que os nossos pontos de vista são razoáveis e de outros povos ou pessoas são extremistas, ou até mesmo que o modo de vida de um povo é superior a outro, mostrando que o outro é culturalmente estranho, ou selvagem (EAGLETON, 2011). “A cultura é, assim, o inconsciente *verso* do *recto* da vida civilizada, ou seja as crenças e predileções que assumimos como válidas, que têm de estar difusamente presentes para que possamos praticar qualquer ação (EAGLETON, 2011, p. 43)”.

Este processo de elaboração de uma cultura surge naturalmente, transformando-se em uma forma crítica política, ou em uma área de proteção que

é permitido extrair todas as energias, espirituais, artísticas ou eróticas, que podem ser destrutivas, armazenadas com dificuldade pela modernidade (EAGLETON, 2011).

A partir do século XX, estruturou-se uma concepção ampliada da cultura, inaugurando-se a antropologia sócia e a antropologia política, no qual a cultura irá exprimir, de maneira historicamente e materialmente determinada, a ordem humana simbólica, e principalmente a individualidade e a estrutura própria da mesma (CHAUÍ, 2008). O termo cultura então adquire um novo abarcamento, que não abrangia antes, sendo entendido:

[...] como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Neste processo, a cultura passa a ser um campo no qual os humanos são responsáveis por: criação de símbolos e signos, instituição de práticas e valores, definição do possível e impossível, dar sentido ao tempo (passado, presente e futuro), diferenças estabelecidas neste espaço, ideia de lei, do permitido e proibido, etc. (CHAUÍ, 2008).

Isto posto, o conceito de cultura depara-se com uma perspectiva antropológica, que segundo Geertz (2008) em sua perspectiva a respeito desse conceito passa ser essencialmente semiótico, e ressaltando assim como Max Weber, “[...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 4)”.

Quando aborda-se a cultura, a mesma poder ser analisada sob vários enfoques antropológicos (ideias, crenças, valores, normas, atitudes, padrões de conduta, abstração do comportamento, instituições, técnicas e artefatos), artefatos estes que decorrem da técnica, mas com a utilização condicionada através da abstração do comportamento, no qual as instituições ordenam padrões de conduta, expressos por atitudes, normas, valores, crenças e ideias (MARCONI; PRESSOTO, 2010).

Segundo Marconi e Pressoto (2010, p. 27), de acordo com os antropólogos, a cultura consiste em: 1) ideias (relacionam-se com concepções mentais, toda a variedade de conhecimento e crenças teológicas, filosóficas, científicas, históricas, etc.); 2) abstrações (coisas e acontecimentos não observáveis, não palpáveis, não tocáveis); e 3) comportamento (modos de agir comuns a grupos humanos, conjunto de atitudes e reações dos indivíduos em face do meio social). Para as mesmas autoras, quando observa-se uma cultura deve-se levar em consideração os seguintes elementos: *conhecimento* (todas as culturas possuem conhecimentos transmitidos de geração em geração, aspectos referentes a ordem social), *crenças* (aceitação de uma proposição comparada ou não cientificamente, podem ser pessoais, declaradas ou públicas), *valores* (empregado para indicar objetos e situações consideradas boas, desejáveis, o valor incentiva e orienta o comportamento humano), *normas* (regras que determinam os modos de agir dos indivíduos em determinadas situações) e *símbolos* (realidades físicas ou sensoriais, em que os indivíduos os utilizam para atribuir valores ou significados específicos).

Então, a partir desse momento o homem torna-se o centro da sua cultura, de suas especificações e principalmente em relação a criação de símbolos que os distingue de outros povos ou comunidades, colocando-o ou não na posição de inferioridade ou superioridade. Sendo assim, quando volta-se para a análise desse processo de criação semiótica, o acesso empírico a eles, e a inspeção desses símbolos ou signos é necessária, para evitar-se elaboração de discussões abstraídas por padrões unificados, que não expressam realmente os sistemas culturais (GEERTZ, 2008).

Porém, com uma novo subcampo de estudos sobre cultura: os estudos culturais, através do multiculturalismo, colocam em questionamento as teorias sustentadas por perspectivas antropológicas, no qual crê-se na individualidade cultural, e que no processo de imigração, o indivíduo não deve-se assimilar a cultura predominante, sendo necessária a compreensão das diferenças. (KUPER, 2002). Contudo, essa visão colabora para que o Estado-nação depare-se com uma exaltação de diferenças e com um enfraquecimento de valores, antes consolidados, gerando uma possível coesão social. (KUPER, 2002).

A partir disso, neste processo de discussões sobre apropriações culturais, surge neste cenário, um protagonista de uma luta multicultural, não sendo mais representado pelo cidadão ou trabalhador, mas por um ator cultural, que através da

identidade cultural, e suas políticas, conseguem um controle da cultura, ressaltando assim a relevância da identidade nestes processo. (KUPER, 2002).

Sendo assim, temos aqui uma cultura elaborada, reivindicada como uma identidade de projeto, como definida por Castells (2008), que corrobora por uma intervenção através de outro modo de cultura, construindo novos modos de identificação, capaz de redefinir posições na sociedade, e a transformação da estrutura social e relações de poder.

Percebe-se então, que a cultura deixa de ser um processo de civilizar, refinar massas, minimizar diferenças, passando assim por um processo de pluralização, tornando-se uma cultura que poder ser elaborada, como uma luta social, responsável por meio identificáveis de resistência e principalmente reivindicações nas estruturas de poder existentes.

RELAÇÕES DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E CULTURA, para o entendimento da identidade cultural

Posto isto, a desconstrução dos conceitos de cultura e identidade, indaga-se que o homem passa a ser elemento principal da cultura, e responsável pela produção dos elementos que a representa, mas então como o indivíduo engloba determinada cultura? Como acontece esse processo de identificação cultural?

Então, quando volta-se para a constituição da identidade, entende-se que o indivíduo faz parte de um determinado ambiente, e esse ambiente é constituído de determinada cultura, que por sua vez, influencia na formação dessa identidade, porém, com diversas mudanças, essa identidade torna-se múltipla, capaz de oferecer ao indivíduo, caminhos distintos, opções a seguir, sendo ele responsável também pela formação dessa identidade. Uma vez moldado pelo ambiente, e também podendo organizar esse ambiente conforme suas vontades.

No entanto, quando volta-se para a identidade cultural, essa percepção muda, porém não é descartada. Segundo Kuper (2002) os primeiros debates sobre cultura e identidade nos Estados Unidos foram relacionados pela imigração, no qual a partir dos anos 1950 e 1960, esse debate muda para discussões em torno de raça, porém com as políticas culturais nas décadas de 1980 e 1990, a preocupação volta-se para diferentes grupos e categoria de pessoas, como: gênero, orientação sexual, deficiências, convicções religiosas, etc. Para o mesmo autor, a partir

dessas políticas culturais, essas perspectivas de identidade cultural tomam um novo caráter, no qual as características distintivas desses grupos serviam como reconhecimento, e também a identidade passa a ser uma opção, embora exista uma crença subjacente, assim como a coletividade possui uma identidade que será aflorada, o indivíduo também possui uma identidade necessária com alguma coletividade cultural, mesmo que está seja negada, o indivíduo possui uma identidade essencial, derivada de uma coletividade ao qual pertence.

Assim sendo, entende-se que a identidade cultural possui vários entraves para sua definição, e que as principais análises de seu processo de identificação deve estar ligados a elementos próprios da cultura, sendo ela atrelada a uma existência de uma essência que marca as diferenças entre povos e nações, e que atualmente está ligada ao senso de pertencimento do indivíduo a determinado grupo que o represente, em sua identidade.

Contudo, a identidade cultural esteve ligada a aspectos da migração, e um autor que discute identidade cultural nesta perspectiva é Stuart Hall (2003) que explicita esse processo de identificação através da diáspora, no qual a questão da diáspora colocada em seu estudo é principalmente por causa da luz que ela é capaz de causar sobre as complexidades vividas pelos indivíduos, não só pensando em construir um novo espaço, mas de imaginar-se uma nação e uma identidade caribenha, em tempos de globalização.

Para Hall (2003), a situação da diáspora torna as identidades múltiplas, intermediada por elos que as ligam a origem específica, ressaltando a qualidade de ser caribenho, mas não no Caribe, mas em Londres (em sua observação através do povo caribenho). Para o autor, muitos desses indivíduos sentem dificuldade em retornar as suas sociedades de origem, denominando que sua terra tornou-se irreconhecível, pois alguns aspectos vividos anteriormente não existe mais, deparando-se com a felicidade de estar em casa, mas a história interveio irrevogavelmente.

A partir disso, presume-se que a identidade seja fixada ao nascimento, como algo impresso através do parentesco, e da linhagem dos genes, sendo impermeável ao mundo, e superficial a uma mudança temporária de nosso local de residência (HALL, 2003). Neste aspecto, as condições de sobrevivência (religiosa, políticas, econômicas, etc.) forjar os indivíduos a migrar, originando a dispersão, acarretando essa disseminação com a promessa de um retorno redentor.

Esse retorno, propicia aos indivíduos uma restauração das perdas vividas, cura a ruptura, reparando a fenda criada através de um retorno promissor, originando o que Hall (2003) nomeia de mito fundador, caracterizado por uma grande visão e por um poder de mover montanhas, no qual a identidade cultural presente neste contexto, proporciona o contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando o passado, futuro e presente, no que chama-se tradição, acarretando ao mito, moldar os imaginários, influenciando ações e conferindo significado às vidas e a história.

Segundo Hall (2003), o conceito fechado de diáspora apoia-se na concepção binária de diferença, construída em uma fronteira de exclusão e dependente da construção do outro, e de uma posição rígida entre o dentro e o fora, relacionando-se assim a diferença essencial ao significado, e o significado sendo crucial a cultura. Para o autor, a cultura que alimenta essa identidade cultural, é uma produção, tendo sua matéria-prima, seus recursos e seu trabalho reprodutivo, dependentes do conhecimento da tradição (mesmo em mutação) e de um conjunto efetivo de genealogias.

Uma vez que, não trata-se do que as tradições fazem com os indivíduos, mas o que esses indivíduos fazem de suas tradições, corroborando assim, por identidades culturais acabadas, que estão disponíveis, proporcionando um constante processo de formação cultural, constatando que a cultura não é uma questão ontológica, de ser, mas de tornar-se (HALL, 2003).

Volta-se aqui para a discussão anterior, que o indivíduo encontra-se como agente de sua trajetória de identificação, visto que ele é influenciado pelo meio em que vive, pelas condições que são ofertadas, sejam elas: pela família, escola, sociedade ou meios de sociabilização, etc., optando então a encontra-se e seguir quais aspectos de sua identidade cultural sejam elas grupais, no intuito de viver aspectos abordados pela tradição, história ou ainda pelo reconhecimento de características ditas importantes e representativas em determinado espaço de sua vida e por uma causa que acha importante defender.

Dessa maneira, Hall (2003) cita que a identidade cultural influenciada em alguns casos pela globalização, vem ativamente desenredando e subvertendo seus modelos culturais herdados essencializantes e homogeneizantes, em que as identidades que eram concebidas e estáveis, estão naufragando em uma diferenciação que prolifera. Pois, para o mesmo autor, o processo de migrações livres ou forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturais, e

pluralizando as identidades culturais que eram estáveis, no Estado-nação dominante.

Sendo assim, as novas percepções de cultura e identidade, corroboram para novas formulações de identidade cultural, sejam essas identidades culturais que sobreviveram por muito tempo, ou as identidades culturais que formam-se a partir de novos grupos de identificação, e estar inseridos neles, faz toda a diferença nestas percepções de identidade cultural. Uma vez que, é através dos símbolos e signos, que compreende-se os isolamentos e desprendimentos desses indivíduos em uma determinada cultura, desdobrando-se em sistemas culturais que possuem um grau mínimo de coerência, no qual através da observação pode-se notar que os mesmos possuem muito mais do que parecem ter, pois a análise antropológica constrói uma leitura do que acontece, não bastando na construção de quadros de representações impecáveis, cuja a existência e a credibilidade geral dúvidas e questionamentos (GEERTZ, 2008).

Com essa interpretação, uma boa interpretação, leva ao cerne do que pretende-se interpretar, caso contrário depara-se com uma admiração das belezas de determinada cultura, com encantos intrínsecos, muito diferente do que propõem-se, descobrir o que significa cada trama dentro dessa cultura (GEERTZ, 2008).

131

Então, quando aborda-se sobre os conceitos de cultura e identidade, defronta-se com perspectivas diferentes, no qual determinados autores em um perspectiva sociológica, definem a cultura como uma intervenção a população com o intuito de instruir e igualar os indivíduos, diminuindo diferenças, denotando um padrão de sociedade, uma vez que as sociedades mais primitivas só evoluiriam a partir das aprendizagens oferecidas pela sociedade ocidental.

Contudo, em outra perspectiva de cultura, depara-se com uma abordagem antropológica, que ressalta a diferença de grupos, engloba aspectos simbólicos de determinado grupo, particularidades, abarcando a criação de linguagem, símbolos, crenças, valores, etc., próprios do mesmo. No que diz respeito a essa abordagem, pode-se através dela, descobrir peculiaridades não vistas em documentos sociológicos, devido a algumas vezes denotarem um padrão de análise cultural, que nem sempre expressa realmente o que aquela cultura quer perpassar. Isto posto, essas visões colaboram no entendimento de identidade cultural e como ela mantém, ou ainda como origina-se.

CONSIDERAÇÕES finais

O conceito de identidade cultural elaborou-se a partir de várias definições, e englobando definições em sua maioria sobre povos, nações e agora com uma nova formulação de grupos que procuram representatividade, condições melhores para serem reconhecidos e representados, garantidos direitos e igualdade. Porém, quando fala-se em identidade cultural, as discussões em torno de dois conceitos que estão em crise fazem-se necessária, conceitos estes: cultura e identidade, para que a definição de determinada identidade cultural seja referenciada e justificada a partir de elementos característicos da teoria, que podem trazer concordâncias ou refutar o que foi abordado por determinado autor.

Compreender que o conceito de cultura e identidade possui várias abordagens, é sair de uma perspectiva isolada de pensamento, usando conceitos em “xeque” no intuito de serem repensados e então dialogados a partir de novos quadros teóricos, observando que o processo de identificação cultural passa por uma essência inicial, a raiz da cultura, que pode ser perpetuada pelo o indivíduo, ou não. Abrindo assim novas visões para o mundo e sua cultura nos processos de identificação.

132

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *A cultura no mundo líquido moderno*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CALDAS, W. *Cultura*. São Paulo: Global, 2008.
- CASTELLS, M. *A era da informação: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. En: *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: CLACSO, Año 1, n. 1, p. 53-76, 2008.
- DERRIDA, J. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Tradução: Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Os Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, A. et. al. (Orgs). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- LEGLER, J. F. B; VIEIRA, M. M. F.; FACHIN, R. C. Um exercício de desconstrução do conceito e da prática de segmentação de mercado inspirado em Woody Allen. Brasília: *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 4, p. 84-93, 2002.
- MARCONI, M. A.; PRESSOTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2010.
- SILVA, T. T. (ORG). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Artigo Recebido em: 31 de outubro 2019.

Artigo Aprovado em: 16 de dezembro de 2019.

